

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2022 (reapresentado)	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	76.507	72.739
Encargos sociais	13.213	13.179
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	10.664	21.422
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.081	8.402
Contribuição ao PIS e a COFINS	26.309	20.967
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.194	1.503
Imposto sobre serviço - ISS	3.895	1.580
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	2.734	2.089
Outros	23	26
<b>Total</b>	<b>139.620</b>	<b>141.907</b>
Circulante	95.309	106.409
Não circulante	44.311	35.858

(1) Inclui R\$28.335 (R\$20.016 em 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (nota explicativa nº 5).

21. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente o a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição. Em 11 de março de 2022 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região decisão favorável ao processo da Companhia. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R\$458.898 (R\$531.498 em 2021) e no passivo não circulante de R\$450.999 (R\$525.926 em 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica. O art. 3º da referida Lei também prevê que a Anel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A Anel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado. A remuneração da antecipação será definida pela Anel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
<b>Saldos em 2021 - passivo não circulante</b>	<b>525.926</b>	-
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	414.777
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	44.595	116.822
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(2.079)	(5.673)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores <sup>(1)</sup>	(117.443)	-
<b>Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante</b>	<b>450.999</b>	<b>525.926</b>

(1) Conforme nota explicativa nº 8, foi incorporado em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$117.443, referente aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

22. ENCARGOS SETORIAIS E INCORPORAÇÃO DE REDES

22.1. Encargos setoriais

	2022 (reapresentado)	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.828	9.828
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT <sup>(1)</sup>	906	1.129
Ministério de Minas e Energia - MME <sup>(1)</sup>	453	566
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL <sup>(1)</sup>	3.440	4.910
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	20.812	15.711
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	13.388	22.328
<b>Total</b>	<b>48.827</b>	<b>54.472</b>
Circulante	34.363	37.617
Não circulante	14.464	16.855

(1) O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão. **22.2. Incorporação de redes:** Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadram aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado. Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
<b>Saldo em 2021 e 2020</b>	<b>8.236</b>	<b>5.965</b>
Adição	33.684	796
Atualização monetária e juros	6.806	2.328
Baixas - pagamentos	(4.222)	(853)
<b>Saldo em 2022 e 2021 - circulante</b>	<b>44.504</b>	<b>8.236</b>

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória. **23.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
<b>Saldos em 2021 e 2020</b>	<b>42.983</b>	<b>35.263</b>	<b>852</b>	<b>3.604</b>	<b>82.702</b>	<b>124.510</b>
Constituições de provisões	34.357	21.089	-	-	55.446	16.667
Reversões de provisões	(28.378)	(11.620)	(397)	-	(40.395)	(12.020)
Pagamentos realizados	(30.288)	(11.095)	-	-	(41.383)	(51.717)
Atualização monetária	(3.233)	591	46	434	(2.162)	5.262
<b>Saldos em 2022 e 2021</b>	<b>15.441</b>	<b>34.228</b>	<b>501</b>	<b>4.038</b>	<b>54.208</b>	<b>82.702</b>

**Caucões e depósitos vinculados <sup>(1)</sup>**  
(1) A Companhia possui caucões e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$55.278 (R\$70.406 em 2021). Desse total, R\$59.414 (R\$58.609 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto. **Trabalhistas:** Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais (reintegração, plano de saúde, sobreaviso) propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa. **Fiscais:** As ações de natureza fiscal e tributária referem-se a dois processos envolvendo discussões sobre multa do PROCON e questões previdenciárias. **Regulatórios:** Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **23.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2022	2021
<b>Saldos em 2021 e 2020</b>	<b>19.028</b>	<b>342.013</b>	<b>22.431</b>	<b>1.841</b>	<b>385.313</b>	<b>420.658</b>
Novos processos	1.211	816	-	-	2.027	44.401
Mudança de prognóstico e valor pedido	(4.349)	(5.916)	19.400	-	9.135	(96.851)
Encerramento de processos	(5.241)	(11.439)	(65)	-	(16.745)	(21.003)
Atualização monetária	1.087	19.939	2.362	222	23.610	38.108
<b>Saldos em 2022 e 2021</b>	<b>11.736</b>	<b>345.413</b>	<b>44.128</b>	<b>2.063</b>	<b>403.340</b>	<b>385.313</b>

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cíveis:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa. **Principais processos:** Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$214.715 (R\$202.610 em 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.900 (R\$75.225 em 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM. **Fiscais:** Ações de natureza fiscal e tributária envolvem discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; e (ii) diferença no recolhimento da Contribuição Previdenciária. **Principal processo:** Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$83.307 (R\$74.361 em 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**24.1. Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2021) e está representado por 647.015 (647.015 em 2021) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

24.2. Reserva de capital

	2022	2021
Reserva especial de ágio <sup>(1)</sup>	116.944	116.944
Remuneração das imobilizações em curso	1.650	1.650
<b>Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(2)</sup></b>	<b>2.157</b>	<b>1.785</b>
<b>Total</b>	<b>120.751</b>	<b>120.379</b>

(1) Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S/A, representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99. (2) Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (nota explicativa nº 11). **24.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **24.4. Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício <sup>(1)</sup>	556.847	601.443
Absorção de prejuízos	(7.192)	-
Reserva legal (5%) (nota explicativa 24.3)	(27.483)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>522.172</b>	<b>601.443</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	<b>130.543</b>	<b>150.361</b>
Valores pagos em 26 de maio de 2021 - correspondem a R\$185,775273850 por ação ordinária <sup>(1)</sup>	-	120.200
Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$285,44727592096 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021- R\$214,4543213218) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	184.689	138.755
Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$221,0700000000 (Valores pagos em 08 de dezembro de 2021 - R\$260,79175932552) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	143.035	168.736
Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$300,528167567045 (R\$268,5442070277 em 2021) por ação ordinária (2)	194.448	173.752
<b>Total dos dividendos</b>	<b>522.172</b>	<b>601.443</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

<sup>(1)</sup> O Lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3.

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de agosto e 9 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICP-C-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **24.5. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

	2022	2021
<b>Saldo em 2021 e 2020</b>	<b>(8.348)</b>	<b>(18.072)</b>
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	19.995	14.732
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(6.798)	(5.008)
<b>Saldo final - 2022 e 2021</b>	<b>4.849</b>	<b>(8.348)</b>

25. RECEITA OPERACIONAL

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	925.231	2.004.667	1.902.291	894.917	2.049.613	1.880.442
Industrial	6.846	237.261	229.990	6.980	266.041	226.413
Comercial	80.855	854.113	864.099	80.350	883.857	816.183
Rural	78.542	554.178	507.344	88.509	604.116	496.488
Poder público	8.939	233.863	226.773	8.804	214.315	191.571
Iluminação pública	2.974	207.403	121.185	2.903	210.613	119.226
Serviço público	1.441	129.906	110.389	1.453	139.484	106.719
Consumo próprio	234	7.397	-	230	7.195	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.105.062</b>	<b>4.228.788</b>	<b>3.962.071</b>	<b>1.084.146</b>	<b>4.375.234</b>	<b>3.837.042</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	945.106	56.468	-	580.379	222.972
Fornecimento não faturado líquido	-	(10.180)	10.066	-	5.293	74.181
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	396	-	448.999	318	-	346.981
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	-35.478
Bônus - reembolso do fundo CDE	-	-	-	-	-	-35.478
Receita de construção da infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	658.185	-	-	448.976
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-	-	(414.776)
Efeitos da redução do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	-	-	-	414.776
Penalidades regulatórias	-	-	(20.362)	-	-	(11.981)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	95.940	-	-	139.981
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	266.046	-	-	387.649
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	253.219	-	-	222.605
Outras receitas operacionais	-	-	66.224	-	-	58.976
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>1.105.458</b>	<b>5.163.714</b>	<b>5.796.856</b>	<b>1.084.464</b>	<b>4.960.906</b>	<b>5.727.382</b>
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	723.790	-	-	745.868
PIS	-	-	71.062	-	-	77.375
COFINS	-	-	327.316	-	-	356.393
ISS	-	-	93	-	-	90
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	2.733
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	13.146	-	-	13.979
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	3.286	-	-	3.495
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	556.118	-	-	387.434
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	6.573	-	-	6.989
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	6.573	-	-	6.989
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.286	-	-	3.495
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	7.199	-	-	5.970
<b>Total - deduções receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.718.442</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.605.344</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>1.105.458</b>	<b>5.163.714</b>	<b>4.078.414</b>	<b>1.084.464</b>	<b>4.960.906</b>	<b>4.122.038</b>

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do Serviço		Despesas Operacionais Gerais e Administrativas		Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros		2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	1.378.970	-	-	-	1.378.970	1.881.912
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	331.040	-	-	-	331.040	296.234
Pessoal e administradores	-	107.668	6	50.447	158.121	195.684
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	604	604	832
Benefícios pós emprego	-	3.070	-	1.160	4.230	4.467
Material	-	15.963	50	15.787	31.800	28.657
Serviços de terceiros	-	89.119	403	105.917	195.439	175.864
Depreciação e amortização	-	122.175	-	14.552	136.727	105.587
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPCCLD	-	66.063	-	-	66.063	48.786
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	-	15.356	15.356	(47.070)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	658.185	-	658.185	448.976
Outros	-	11.070	-	16.771	27.841	33.385
<b>Total</b>	<b>1.710.010</b>	<b>415.128</b>	<b>658.644</b>	<b>220.594</b>	<b>3.004.376</b>	<b>3.173.314</b>